



Intervenção do Presidente da CTA por ocasião do  
Oitavo Conselho Alargado de Consulta (VIII CAC)

Maputo

05 de Setembro de 2013

Senhor Primeiro Ministro,  
Excelência,

Sua Excelência o Ministro de Indústria e Comércio,

Suas Excelência Senhores Membros do Governo da  
República de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores Presidentes e Vice-  
Presidentes dos Pelouros da CTA,

Caros Colegas Empresários,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permita-me antes de mais que saúde a todos, particularmente a Sua Excelência, o Primeiro-ministro, por disponibilizar algum espaço na sua agenda bastante carregada para dedicar seu tempo à causa do Sector Privado.

Em nome da CTA e em meu nome pessoal, aproveitamos desde já a oportunidade para reiterar que o Conselho Alargado de Consulta é sempre um momento especial de reflexão e auscultação do pulsar do ambiente de negócios no País e obter o ponto de situação dos avanços em termos das reformas programadas para cada ano, neste caso 2013.

É com muito agrado que tomamos conhecimento que o Conselho de Ministro aprovou na última sessão a EMAN II - Estratégia para Melhoria do Ambiente de Negócios cuja elaboração teve a participação de todos os parceiros de diálogo. Esperamos que desta vez a estratégia se traduza

em resultados concretos para os negócios em Moçambique.

Excelência,

Se estamos lembrados, em Dezembro de 2012, neste mesmo local, realizamos o sétimo Conselho Alargado de Consulta que para além do balanço, priorizamos vinte e uma reformas para serem realizadas durante o período de Janeiro a Dezembro de 2013. Na sua escolha não só se tomou em conta o período da sua realização, mas sobretudo o impacto significativo dessas reformas no ambiente de negócios em Moçambique. Algumas destas reformas constam da agenda há mais de 5 a 10 anos.

Por outro lado, estas reformas abrangem diferentes sectores e pelouros da CTA, nomeadamente, o Agro-negócios, Construção Civil, Indústria, Comércio e Serviços, Transportes, Turismo, Serviços Públicos,

Política Financeira, Política Fiscal, Aduaneiro e Comércio Internacional, Política Laboral e Acção Social.

Recentemente, logo depois da CASP que teve lugar em Fevereiro último, a CTA decidiu avançar na criação do 10º Pelouro da Política dos Recursos Minerais e Hidrocarbonetos cujos líderes gostaria de os apresentar.

Nuno Sidónio – Presidente do Pelouro

Chivambo Mamadhussen – Vice-presidente

Neste momento o Pelouro está a desenvolver uma matriz das questões que serão posteriormente apresentados ao Governo para discussão e resolução. Contudo, o objectivo deste pelouro é assegurar que os empresários moçambicanos e as comunidades façam parte do processo de exploração dos Recursos Naturais e assegurar que a gestão deste processo seja feita de

forma transparente e benéfica para o País sem criar conflitos inter-geracionais nem problemas ambientais.

Excelência,

Reconhecendo que este balanço é apenas semestral (e já vem atrasado pelos sucessivos adiamentos que conheceu), estando a segunda reunião do CAC prevista para o mês de Dezembro (daqui a três meses), queremos aqui manifestar a nossa indignação pelo passo bastante lento que as reformas no País estão a levar.

A maior parte das reformas programadas para este ano estão em curso, outras estão completamente paradas e não existem garantias da sua conclusão até ao final do ano.

Algumas das reformas que a nosso ver poderiam ter sido ultrapassadas, existindo vontade das partes, incluem:

- A introdução das boas práticas na gestão da Inspeção não Intrusiva, vulgo *Scanner*;
- A conclusão da regulamentação da Lei de Trabalho, aprovada em 2007;
- A revisão da Lei de Medicamentos;
- Efectiva isenção do IVA na Agricultura;
- Ajustamento das Tarifas de Transporte Rodoviário;
- Criação de um Órgão Regulador do Sector de Transportes, e
- Criação da Central de Registo de Crédito Privado.

Excelência,

Não encontramos razões plausíveis que justifiquem o passo lento das reformas. Compulsados alguns argumentos, concluímos que as reformas são secundarizadas, não se lhes emprestam a devida importância, nem a urgência que estas merecem.

O que temos estado a notar é que ao invés de se resolver os problemas que estão na agenda, continuamos a assistir o Governo a aprovar legislação e introduzir taxas que até constituem um retrocesso aos ganhos já alcançados, como por exemplo os Regulamentos sobre Mecanismos e Procedimentos para a Contratação de Cidadãos Estrangeiros no Sector Mineiro e Petróleo e outros sectores. Este, Excelência, é um retrocesso a todo um esforço na reforma da política laboral em Moçambique.



A criação de um porto seco na zona económica especial, há alguns quilómetros do Porto de Nacala, não só consome o tempo como aumenta significativamente os custos de transacção pelas taxas cobradas, tornando o Porto de Nacala menos competitivo em relação aos Portos de Dar-es-Salam, na Tanzânia e Mombaça, no Quênia. Para a CTA, nos parece uma duplicação de acções de controlo sabendo que o Porto de Nacala também tem *scanners*.

Um outro exemplo que encarece os negócios é a criação pelo Ministério dos Transporte e Comunicação de uma empresa chamada MCTA sob alegação de instalar um dispositivo electrónico para o acompanhamento de carga de e para os portos moçambicanos, no âmbito do comércio internacional. Estas são mais taxas que tornarão o nosso País menos competitiva.

Excelência,

Este estado de coisas constitui motivo de desânimo porque o empresário não tem outro interlocutor para resolver os seus problemas que não seja o Governo. Se os oficiais encarregues da implementação das prioridades de reformas não derem os passos decisivos com firmeza e urgência necessárias, rapidamente ficaremos muito mais atrás no que se refere ao ambiente de negócios.

A lentidão no passo das reformas deriva, a nosso ver, da falta de compromisso, ausência de responsabilização, inexistência de tarefas e prazos concretos por parte de quem de direito. Por outro lado, temos notado que quando o assunto interessa aos promotores das reformas são elaboradas e passadas legislação em tempo recorde, sem a necessária consulta pública. Por isso, a CTA está a preparar, em coordenação com parceiros da sociedade civil, uma proposta de Lei de Participação Pública nos

Processos Legislativos que garantirá o direito de ser consultado quando o assunto tiver impacto na vida dos cidadãos e das empresas.

Excelência,

Na nossa modesta opinião, três aspectos parecem ser pertinentes para aceleração do diálogo e o alcance de resultados, nomeadamente o reforço da liderança e vontade políticas, a redefinição do arranjo institucional para a coordenação das reformas, e a responsabilização e cumprimento de prazos.

Estes afiguram-se, na nossa opinião, como vectores determinantes para imprimir maior dinamismo e resultados concretos aos esforços que temos vindo a empreender há várias décadas rumo a um ambiente de negócios mais favorável ao País.

Excelência,

Quando falamos de reforço de liderança e vontade políticas queremos que ela seja efectiva, isto é passar de discurso à prática. Se estamos lembrados, no âmbito da EMAN I, o Governo lançou o desafio de colocar Moçambique no topo da SADC até 2012, em termos de reformas contidas no *Doing Business Index*. Esse desafio, não passou de um sonho, pois ao fim de cinco anos ficamos entre os três piores da SADC e os problemas continuam.

O arranjo institucional em que assenta o actual diálogo público-privado, está ultrapassado e, por isso, dificilmente pode produzir resultados desejáveis. Depende de boa vontade das instituições e oficiais em frente dessas instituições públicas, pois não existem nenhum mecanismo de obrigatoriedade e responsabilização por não realização das reformas.

Reiteramos a necessidade de envolvimento do Governo na coordenação das reformas ao mais alto nível, com poder suficiente para obrigar as reformas em qualquer sector. Estamos aqui a falar do gabinete da Sua Excia, o Primeiro-ministro ou Presidente da República.

Não estamos contra o Ministério da Indústria e Comércio, que tem um esforço titânico de coordenação, mas o resultado é sempre este, volvidos mais de 15 anos de trabalho.

Estamos convencidos que Vossa Excelência saberá encontrar formas de acomodar estas preocupações. Contudo, e porque se trata de matérias que afectam o desempenho da economia, apelamos que se acelerem as reformas em alguns dos assuntos mais urgentes sobejamente conhecidos.

Excelência,

Para terminar, queremos reafirmar, a nossa confiança de que sob a liderança de Vossa Excelência serão dados passos significativos com vista a aceleração das reformas. Nesta mesma sessão e com a permissão de Vossa Excelência, apos apresentação do balanço, os Presidentes dos Pelouros da CTA, poderão cada usar da palavra para de forma mais detalhada se referirem ao estágio de cada uma das actividades, o que a nosso ver, permitirá informar Vossa Excelência com a acutilância e actualidade necessárias para todos juntos tomarmos a consciência da fase em que nos encontramos.

Por um Melhor Ambiente de Negócios,

O nosso Muito Obrigado.